

## Resposta à interpelação escrita apresentada pelo

# Deputado à Assembleia Legislativa, Si Ka Lon

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração os pareceres do Instituto de Acção Social e dos Serviços de Saúde, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Si Ka Lon, de 9 de Junho de 2022, enviada a coberto do ofício n.º 604/E461/VII/GPAL/2022 da Assembleia Legislativa de 15 de Junho de 2022 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 16 de Junho de 2022:

Para ajudar os jovens a não se tornarem dependentes da internet e de videojogos, o Instituto de Acção Social, adiante designado por IAS, tem apoiado, permanentemente, as instituições particulares de serviço social para desenvolver, regularmente, os trabalhos de prevenção e o plano comunitário. Em 2014, o IAS "Progama piloto de serviços aos jovens anónimos lançou vício pela internet", e desde 2015 começou a subsidiar as instituições particulares de serviço social para criarem o plano de serviços a prestar aos jovens anónimos e com vício pela internet, tendo como objectivo, através de diferentes maneiras, ajudar os jovens a criar bons hábitos de vida e aumentar as capacidades de auto-reconhecimento e de auto-controlo. Em simultâneo, têm sido desenvolvidos trabalhos para os encarregados de educação, no sentido de ajudálos a rever os próprios problemas de educação e de comunicação com os filhos. Além disso, através da infografia, vídeos, workshops, etc., os encarregados de educação podem ficar a conhecer e entender a cibercultura dos jovens e as necessidades de crescimento dos filhos. No período de 2015 a 2021, através do 320 referido plano. foram acompanhados de cerca casos com características de dependência pela internet, cuja idade principal centralizou-se entre os 14 e os 16 anos, mais de 120 casos com características anónimas e cuja maioria tinha idade igual ou superior a 18 anos e cerca de 220 eram casos de



Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

encarregados de educação.

Os Serviços de Saúde têm realizado estudos periódicos sobre a saúde dos alunos do ensino secundário e, tendo como referência a definição clínica e o critério de diagnóstico de "perturbação de jogo", constantes nas principais classificações mundiais de doenças da Organização Mundial de Saúde, estão a elaborar um autoteste destinado às pessoas que sintam necessidade de verificar se precisam de dar atenção à situação de "vício em *Internet*".

A "formação de literacia digital em *internet* dos jovens" foi incluída como uma das principais medidas estratégicas da "Política de Juventude de Macau (2021-2030)" e, através da recolha contínua de dados dos "Indicadores sobre a juventude em Macau", a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude, adiante designada por DSEDJ, toma conhecimento da situação actual do desenvolvimento dos jovens. Neste sentido, foi publicado, em 2021, o documento relativo à "Investigação social dos Indicadores sobre a juventude em Macau 2020" estando prevista a realização de nova investigação entre Julho e Setembro do corrente ano, prevendo-se a publicação dos resultados em 2023.

O governo da RAEM criou um mecanismo conjunto de "Prevenção conjunta de quatro níveis, ligados intimamente aos tetracíclicos", e continua a disponibilizar aos residentes serviços psicológicos e mentais abrangentes de diferentes níveis, como familiar, escolar e comunitária, por meio de medidas como a melhoria da disponibilidade de serviços e expansão das redes de apoio social. Actualmente, o mecanismo existente responde ao problema do "vício em *internet*" entre os jovens, que no caso de ser detectado pode imediatamente ser encaminhado para assistência médica. Os Serviços de Saúde irão comunicar activamente com os departamentos governamentais e organizações civis, como a DSEDJ e o IAS para discutirem este assunto em conjunto e implementarem medidas para prevenir o "vício em *Internet*" dos jovens.



Quanto à formação de literacia digital em *internet* dos alunos, de acordo com o "Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local" e as "Exigências das competências académicas básicas da educação regular do regime escolar local", a DSEDJ incluiu os conteúdos relativos àquela literacia nas disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Tecnologias de Informação, entre outras, publicou os materiais didácticos da Educação Moral e Cívica e das Actividades de Descoberta, entre outros, e enriqueceu, de forma dinâmica, a "Base de recursos pedagógicos da educação moral e cívica". Através das directrizes, incluídas no "Guia de Funcionamento das Escolas" e de cursos de formação sistemáticos para pessoal docente, foram adicionados conteúdos relativos à literacia digital em *internet*, destinados a alunos e apoiou as escolas e o pessoal docente de forma a passarem a conhecer melhor as questões sobre o uso da *Internet* e as respectivas estratégias de resposta, desenvolvendo as respectivas actividades pedagógicas.

Para reforçar a divulgação do uso correcto da *internet* junto dos alunos, os de aconselhamento desenvolvem, nas escolas, actividades aconselhamento, com características de prevenção e de desenvolvimento, sobre o bom uso da *Internet* e a prevenção do vício da *Internet*, entre outros temas; nos últimos anos, a DSEDJ tem realizado também actividades relativas à prevenção do vício da *Internet* e às armadilhas na *Internet*, bem como palestras e formações para aumentar a literacia digital em *Internet* dos jovens. A DSEDJ também apoia as associações civis na realização de actividades diversificadas em prol do desenvolvimento físico e mental dos alunos, reduzindo as oportunidades de se viciarem na rede. Os centros de actividades afectos à DSEDJ, em diversas zonas, disponibilizam serviços de aconselhamento aos alunos e jovens. O plano específico de apoio financeiro do IAS auxiliou, por exemplo, as equipas de intervenção comunitária para jovens de diversas zonas para que implementassem, no período de 2020 e 2021, um conjunto de medidas que incluiu um plano



Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

promocional e de serviços de prevenção e tratamento do abuso ou da dependência de videojogos dos jovens, sob o tema "prevenção da dependência de videojogo", que contou com mais de 13.000 participações.

Para desenvolver, ao máximo, as funções de protecção da família, nos últimos anos, a DSEDJ tem desenvolvido, por iniciativa própria, uma cooperação com empresas e associações que incluiu, no corrente ano lectivo, a assinatura de acordos de cooperação com diferentes empresas e a assinatura de protocolos de cooperação para a disponibilização de acções de formação sobre educação parental, com as associações, de forma a aumentar o profissionalismo e a eficiência da educação parental. A DSEDJ promove e apoia, de forma contínua, as escolas e as comunidades na realização de actividades de educação parental, para que os encarregados de educação adquiram conhecimentos actualizados sobre a evolução da *Internet*, reforcem a sua capacidade de identificação de situações de vício nos seus filhos e conheçam as respectivas estratégias de resposta.

No futuro, o Governo da RAEM vai continuar a desenvolver, juntamente com as famílias, as escolas e a sociedade, mais actividades de apoio para o uso correcto da *Internet* e de prevenção e redução do vício na *Internet*, junto de jovens e aluno, de modo a orientá-los para o uso responsável da rede e criar bons hábitos de vida.

Aos 7 de Julho de 2022.

O Director,

Kong Chi Meng